

Termo de Uso do Sistema SIGEC

(Versão 1.0 atualizada em 7 de janeiro de 2021.)

1. Aceitação

Ao utilizar os serviços do Sistema SIGEC, o usuário confirma que leu e compreendeu os Termos e Políticas aplicáveis a ele e concorda em ficar vinculado a eles.

2. Sobre o serviço

O [Sistema SIGEC](#) é a ferramenta que a Anatel dispõe, na internet, para que os usuários atuantes no lançamento e cobrança de créditos tributários e não tributários administrados pela Agência consigam acessar essas receitas, no que se refere ao lançamento, arrecadação e cobrança administrativa e judicial, utilizando parâmetros dos diversos serviços de telecomunicações ou de fontes de informação que influenciam direta ou indiretamente nos valores a arrecadar.

3. Definições

Para fins deste instrumento considera-se:

1. Usuários: pessoa física previamente autorizada mediante cadastro que utilize os recursos do Sistema;
2. Dados cadastrais: dados pessoais fornecidos pelos usuários para realização do cadastro no Sistema (exemplo: CPF, CNPJ, telefone, CEP, etc);
3. Informação sigilosa: dados pessoais ou qualquer outra informação cujo caráter sigiloso derive da lei ou de decisões proferidas por órgão administrativo e/ou judicial.

4. Das modalidades/utilização do serviço

O [Sistema SIGEC](#) disponibiliza aos usuários os seguintes serviços:

1. Consultas cadastrais, de débitos (organizadas por processo, CNPJ/CPF etc.), índices e receitas diversas.
2. Inclusão, alteração e exclusão de débitos;
3. Controle de suspensão administrativa e judicial de débitos;
4. Administração de Parcelamentos.
5. Administração de Créditos
6. Consulta e Impressão de boletos bancários gerados;
7. Emissão de certidão negativa de débitos (Nada Consta);
8. Confecção e consulta de relatórios gerenciais e operacionais.

Os serviços prestados no Sistema são gratuitos e de utilidade restrita, sendo observado o sigilo fiscal.

Para utilização desses serviços são solicitadas as seguintes informações do usuário:

1. CPF;
2. Registro Geral;
3. Endereço;
4. Telefone;
5. E-mail.

Ao utilizar o Sistema, o usuário declara ciência de que as informações poderão ser utilizadas para apuração de responsabilidade, fiscalização e em outras atividades e ações de competência da Anatel.

5. Da responsabilidade da Anatel

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel é a responsável pela administração, disponibilização e manutenção do Sistema.

A Anatel, no papel de custodiante das informações pessoais dos Usuários, deve cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados na plataforma.

6. Da Política de Uso de Dados Pessoais

A Política de Uso de Dados Pessoais do Sistema SIGEC visa esclarecer como serão utilizadas as informações sigilosas disponibilizadas por seus usuários, especificando o conteúdo dos registros efetuados e as modalidades de tratamento das informações coletadas.

Os usuários que utilizarem o Sistema deverão observar os termos desta Política.

Os dados cadastrais do representante/responsável e da prestadora somente serão visíveis ao próprio usuário e aos gestores do Sistema.

Os dados poderão ser utilizados de forma individualizada ou não para fins estatísticos, realização de estudos e planejamento de ações de fiscalização.

As informações fornecidas pelos usuários são registradas e armazenadas nos bancos de dados da Anatel, observados os necessários padrões de segurança, confidencialidade e integridade, e somente serão utilizadas para as finalidades próprias da Anatel, bem como para fins estatísticos, geração de indicadores, realização de estudos e planejamento de ações de fiscalização.

As informações de caráter pessoal ou confidencial são tratadas de acordo com a legislação vigente e com as legítimas expectativas de boa-fé dos usuários do Sistema. O acesso a essas informações só poderá ser efetuado pela Anatel, por meio de seus gestores, e pela prestadora titular do dado. As operadoras e os gestores que, por qualquer motivo, usarem indevidamente as informações às quais tiveram acesso, estão sujeitos às penalidades e sanções legais e disciplinares aplicáveis.

O Sistema poderá enviar mensagens ao endereço eletrônico (e-mail) e celulares cadastrados de seus solicitantes sempre que for oportuno e nas hipóteses em que houver relação com o serviço prestado pelo Sistema.

7. Arcabouço Legal

O Arcabouço legal aplicável aos serviços disponibilizados pelo Sistema Boleto compreende:

1. Lei Geral de Telecomunicações (LGT) - Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;
2. Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013;
3. Regulamento de Arrecadação de Receitas Tributárias, aprovado pela Resolução nº 729, de 19 de junho de 2020;

8. Dos direitos do usuário

O Titular tem direito a obter da Anatel, em relação aos dados por ela tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

1. Confirmação da existência de tratamento;
2. Acesso aos dados;
3. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

9. Dos deveres do usuário

O usuário deverá:

1. Possuir vínculo com órgão ou empresa pública da administração federal direta ou indireta que possua relação na administração, cobrança ou consulta dos dados constantes no Sistema;
2. Possuir capacidade civil plena para acesso ao Sistema;
3. Realizar cadastro com informações pessoais de forma fidedigna;
4. Realizar alteração de cadastro com informações de forma fidedigna;
5. Não fornecer ou dispor do número do Fistel a pessoa que não possua vínculo com outorgado, autorizatário ou permissionário de serviços de telecomunicações;
6. Guardar os dados necessários (*login* e senha) para acesso a seu ambiente restrito no Sistema;

7. Manter atualizados seus dados cadastrais;
8. Cumprir com todas as exigências legais e normativas.

O Usuário se responsabiliza pela precisão e veracidade dos dados informados no cadastro e reconhece que a inconsistência destes poderá implicar a impossibilidade de utilizar serviços públicos do Governo Federal.

O *login* e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Este deve manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido, após o ato de compartilhamento.

O usuário do Sistema é responsável pela atualização das suas informações pessoais e consequências na omissão ou erros nas informações pessoais cadastradas.

O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários, de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública Federal (APF), a qualquer outro Usuário, ou, ainda, a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso à Internet, ao sítio e/ou Aplicativo.

O Órgão não poderá ser responsabilizado pelos seguintes fatos:

1. Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
2. Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
3. Proteção do computador;
4. Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;
5. Abuso de uso dos computadores dos usuários;
6. Monitoração clandestina do computador dos usuários;
7. Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;
8. Perímetro inseguro.

Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Federal será responsável pela instalação no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (*vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit*, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário.

10. Das vedações ao solicitante

O usuário não poderá:

1. Atuar como usuário de um outorgado, autorizatário ou permissionário para o qual não esteja devidamente habilitado;

2. Inserir no Sistema informações falsas e/ou errôneas; usar endereços de computadores, de rede ou de correio eletrônico falsos; empregar informações parcialmente ou inteiramente falsas, ou ainda informações cuja procedência não possa ser verificada;
3. Utilizar, no campo destinado aos anexos, arquivos com vírus de computador, com conteúdo invasivo, destrutivo ou que cause dano temporário ou permanente nos equipamentos do destinatário e/ou do Sistema, ou, ainda, materiais protegidos por propriedade intelectual ou sigilo comercial, excetuando-se os casos em que o realizador do carregamento seja o próprio detentor desses direitos;
4. Nos campos destinados ao preenchimento de texto, utilizar-se de termos ou materiais ilegais, agressivos, caluniosos, abusivos, difamatórios, obscenos, invasivos à privacidade de terceiros, que atentem contra os bons costumes, a moral ou ainda que contrariem a ordem pública;
5. Alterar, excluir e/ou corromper dados e informações do Sistema com o simples intuito de dificultar ou obstruir a atuação a Agência;
6. Difamar, abusar, assediar, perseguir, ameaçar ou violar quaisquer direitos individuais (como a privacidade dos usuários do Sistema).

A prática de qualquer das condutas acima listadas pode implicar o cancelamento ou reencaminhamento da solicitação e/ou cancelamento do cadastro do usuário. Caso ocorra alguma dessas vedações previstas, a Anatel poderá efetuar o cancelamento da solicitação sem aviso prévio.

11. Das penalidades

O descumprimento às condições, termos e observações deste instrumento dará à Anatel, enquanto administradora do Sistema, o direito de revogar, cancelar, excluir e/ou desativar o cadastro ou a informação empregada pelo usuário, sem prejuízo das cominações legais pertinentes.

12. Da modificação dos Termos de Uso

O presente termo vigorará por tempo indeterminado ou durante o período em que a Sistema estiver disponível.

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel se reserva o direito de modificar estes termos e condições a qualquer tempo, observando a comunicação ampla e prévia das alterações aos usuários do Sistema.

13. Do Foro

Quaisquer disputas ou controvérsias oriundas de quaisquer atos praticados no âmbito da utilização dos sítios e/ou aplicativos pelos usuários, inclusive com relação ao descumprimento dos Termos de Uso e Política de Privacidade ou pela violação dos direitos da Administração Pública Federal, de outros Usuários e/ou de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade, serão processadas no Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

As dúvidas referentes a este Termo de Uso podem ser encaminhadas por meio do Portal Anatel Consumidor ou por meio do aplicativo Anatel Consumidor, na opção pedidos de informação e, a seguir, tratamento de dados pessoais.